



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS  
SUBSECRETARIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS  
COORDENAÇÃO-GERAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

ATA

166ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA  
REALIZADA NOS DIAS 12, 13, 14 e 15 DE AGOSTO DE 2008.

Às nove horas do dia doze de agosto de dois mil e oito, no Auditório do Ministério do Trabalho e Previdência, Edifício Sede, Bloco F, Brasília-DF, teve início a 166ª. (centésima sexagésima sexta) reunião ordinária do CONANDA, com a seguinte pauta: 1) Dia 12 das 09h00 às 17h00 - Oficina do GT de Aprendizagem; 2) Dia 13 – Sala 304 do Ed. Sede do Ministério da Justiça: Das 09h00 às 12h00 – Reunião das comissões (CPP 0-sala 304; CMF – sala 421/CONANDA; COF – sala 422/SPDCA) ; 13h30 – Audiência Pública Comissão PL 1627/2007 – SINASE – Plenário 8, anexo II da Câmara dos Deputados; 17h30 às 18h30 - Reunião Conanda, Comissão Intersetorial e Comitê de Enfrentamento da Exploração Sexual; 3) Dia 14 – Sala 304 Ed. Sede do Ministério da Justiça: Plenária – Votação de matérias prioritárias da Comissão de Políticas Públicas – CPP, sendo: 3.1- Revisão do Plano de Enfrentamento da Violência Sexual e III Congresso Mundial de Enfrentamento (conhecimento da proposta, participação dos Conselheiros do Conanda, critério para distribuição vagas); 3.2- Plano para consolidação da Política Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e preparatória para VIII Conferência; 4) Das 13h30 às 18h30 – Plenária – Votação das Matérias Prioritárias da Comissão de orçamento e Finanças – COF, sendo: 4.1 – Encaminhamentos em relação à consulta sobre Resolução Parâmetros de Criação e Funcionamento dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente; 4.2- Projeto de Lei Orçamentária do Fundo para 2009; 4.3 – Apreciação do Relatório do Governo Brasileiro sobre a Implementação da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança e do Adolescente. 5) Dia 15, Sala 425, Anexo II do Ministério da Justiça – Sala Macunaína da SNJ. Das 09h00 às 12h30 – Plenária: Votação das Matérias Prioritárias da Comissão de Mobilização e Capacitação – CMC, sendo: 5.1 – Apresentação do Portal dos direitos da Criança e do Adolescente; 5.2 – Encaminhamentos da minuta de revisão da resolução 75 que estabelece os parâmetros para criação e funcionamento dos conselhos tutelares; 5.3 - Aprovação da programação do encontro de articulação entre o CONANDA e os conselhos de direitos estaduais, distrital, conselhos de direitos e tutelares das capitais; 5.4 - Votação de Matéria da Mesa Diretora: Aprovação da programação da Assembléia Ordinária Descentralizada em setembro. Nesta Assembléia foram feitos os seguintes encaminhamentos: 1) Solicitar da SPDCA a listagem dos projetos recebidos nas chamadas do Edital 2008, distinguindo aqueles que foram aprovados; 2) Encetar esforços para finalização dos Anais da VII Conferência para serem lançados no Encontro de Articulação do CONANDA com os Conselhos Estaduais, Distrital, Municipais e tutelares das capitais. Solicitar dos conselheiros responsáveis pelos “Diálogos” as conclusões das memórias dos painéis e da presidência da gestão anterior a conclusão da apresentação dos Anais; Comissão de Políticas Públicas: 1) III Congresso Mundial Enfrentamento da Exploração Sexual: 1.1 Distribuir as 60 vagas negociadas para o CONANDA com o Comitê do Evento, da seguinte maneira: 28 vagas para os conselheiros do CONANDA; 27 vagas para os conselheiros estaduais (uma por estado). Foi recomendado que no ofício solicitando as indicações seja dada igual oportunidade de concorrência aos membros da sociedade civil e do governo; 05 vagas para o Fórum Nacional de Conselheiros Tutelares. Caso haja disponibilidade de vagas dos membros

efetivos do CONANDA, as mesmas serão principalmente oferecidas aos conselheiros suplentes com maior número de frequências às assembleias do CONANDA (repres. Da ABMP, ANCED, PUC, ALDEIAS SOS, IRMA IRALDA). Havendo mais disponibilidade de vagas (seja pela desistência dos membros efetivos e suplentes) as mesmas serão repassadas aos membros do Fórum Nacional de Conselheiros Tutelares. 1.2 – Oficiar os representantes dos órgãos governamentais no CONANDA comunicando a disponibilidade das vagas para participação no III Congresso Mundial de Enfrentamento da Violência contra a Criança e o Adolescente. Recomendar que os conselheiros possam pleitear as vagas da quota dos ministérios para liberar as vagas do CONANDA para ampliar a participação de conselheiros tutelares no evento. Solicitar brevidade na resposta, tanto para indicação dos nomes quanto as possíveis desistências a fim de que sejam repassadas as vagas para pretendentes em lista de espera; 1.3 – oficiar os conselhos estaduais a disponibilidade de vagas, solicitando que a indicação de nome seja acompanhada de cópia da ata de escolha; 1.4 – Viabilizar a participação de 150 adolescentes, 34 jovens e 28 conselheiros do CONANDA no evento, ficando autorizado gastos de, no máximo, R\$ 700 mil. A Mesa Diretora estudará a melhor forma institucional de viabilizar essa participação; 1.5 – Definida as modalidades de participação do CONANDA no III Congresso Nacional: Participar do Comitê Nacional: contribuir nas definições programáticas e de organização; apoiar financeiramente; viabilizar a participação dos adolescentes e jovens; e mobilizar a rede de conselheiros de direitos. Recomendou-se que o CONANDA tenha uma participação diferenciada. 1.6 – Informada a realização da consulta nacional em preparação para o III Congresso Mundial nos dias 29 e 30 de setembro e 1º de outubro de 2008. Ao todo serão 300 vagas, 27 delas para o CONANDA. A indicação dos representantes do CONANADA será realizada oportunamente; 1.7 – Informada a realização da consulta regional latino-americana em Buenos Aires, Argentina. A conselheira e presidente do CONANDA Maria Luíza Oliveira Moura representará o Conselho no evento. 2) Revisão do Plano de Enfrentamento da Exploração Sexual: 2.1 – Acordado com o Comitê de Enfrentamento da Exploração Sexual, a Comissão Internacional para o mesmo fim e o CONANDA o processo de articulação para revisão do Plano Nacional de Enfrentamento da Exploração Sexual: Os três colegiados devem, concomitantemente, elaborar suas propostas de revisão; concluído esse processo a Comissão Intersetorial constituirá um GT para consolidar as várias propostas apresentadas. Tanto o Comitê como o CONANDA terá participação nominal neste GT. O Comitê prevê que até meados de setembro, a sua proposta de “plano revisado” estará concluída. A previsão é que o GT seja constituído em meados de setembro de 2008; 2.2 – Oficiar os conselhos estaduais no sentido de deslançar o processo de revisão do Plano de Enfrentamento da Exploração Sexual, solicitando que as contribuições sejam encaminhadas até 10 de setembro. 3) Representação do CONANDA no Comitê e na Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Exploração Sexual: 3.1 – Designar a suplência da conselheira Maria Luíza Oliveira nas duas instâncias. 4) Trabalho Infantil, aprendizagem, proteção trabalho do adolescente: 4.1- Oficiar o IBGE instando a continuidade no levantamento de dados sobre o trabalho infantil entre a população de 5 a 10 anos. Averiguar se existe a intenção do órgão de abandonar a coleta de outros dados referentes à infância e adolescência no país, no sentido de estimular o órgão a continuar a produção de dados sobre este segmento da população; 4.2 – Manifestar reação contrária ao PL de autoria do Deputado Celso Russomano que rebaixa de 14 para 12anos a idade para se ingressar no mercado na condição de aprendiz; 4.3 – Solicitar à CONAETI prorrogação da sua reunião ordinária do dia 10 de setembro em razão da mesma coincidir com a Assembleia do CONANDA. A pauta da reunião é de profundo interesse do CONANDA: a revisão do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil. Caso contrário o CONANDA não poderá estar representado no evento. Nova data indicativa: semana de 23 de setembro; 4.4 – Encaminhar consulta à SAJ – Serviço de Assessoria Jurídica da Presidência sobre a regulamentação do ensino a distância na aprendizagem profissional (modalidade de colocação no mercado: aprendiz); 4.5 – Pautar o processo de Revisão do Plano de Erradicação do Trabalho Infantil e as estratégias do CONANDA nessa revisão para próxima Assembleia Ordinária do CONANDA (setembro); 4.6 – Apoiar financeiramente a participação das conselheiras efetiva e suplentes nas reuniões da Conaeti até o final deste ano de 2008, em razão da necessidade da presença do CONANDA estar participando de mais de uma das comissões de Revisão do Plano de Erradicação do Trabalho Infantil. 5) Medidas socioeducativas – SINASE: 5.1- Participar ativamente da Videoconferência para discutir o PL

desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz a executar com zelo e diligências as tarefas necessárias a essa formação, dessa forma esse contrato não poderá ser um ajuste tácito, ou seja, a simples tolerância da prestação de serviço não poderá configurar um contrato de aprendizagem como se daria num contrato de trabalho normal isto porque por ser um contrato especial de trabalho, as condições especiais não se presumem, elas necessitam de provas, daí a necessidade desse ajuste ser expresso e por escrito. A lei diz também que além de ser ajustado por escrito, ele será por prazo determinado por no máximo dois anos, houve agora a ampliação da idade para 24 anos não sendo aplicado isso pro portador de deficiência. Os requisitos de validade desse ajuste são a notação em CTPS, matrícula e frequência em escola, envolver estudantes a partir dos 14 anos e inscrição em programa de aprendizagem sob orientação de entidade qualificada em formação técnico profissional metódica. Essa entidade deve ter um registro no órgão competente e o programa também deve ser registrado, sob pena de se configurar um contrato de trabalho normal. Quanto aos direitos oriundos do contrato de trabalho é um contrato de trabalho normal, fará jus direitos trabalhistas e previdenciários, apenas com algumas alterações, o salário mínimo hora é assegurado, isto porque a jornada poderá ser diferenciada, ninguém pode ganhar menos que um salário mínimo, mas o salário mínimo hora será preservado dependendo da jornada trabalhada, salvo condição mais favorável que poderá ser estipulada, o fundo de garantia não será de 8% recolhimento mais de 2%, fará jus também ao vale transporte, a jornada máxima será de 6 horas diárias vedada à prorrogação e a compensação, essa jornada deve compreender tanto as atividades teóricas e praticas simultâneas, para os aprendizes que já tiverem completado o ensino fundamental a jornada poderá chegar até 8 horas diárias. Quanto às férias essas disposições se aplica aos contratos normais de trabalho dos menores de 18 anos, elas devem ser coincidentes com as escolares, e também com a parte teórica e pratica do programa, pra que ele possa se recompor. O aprendiz não poderá ser dispensado imotivadamente, por vontade do empregador, mas somente nas hipóteses que a lei especifica quais sejam: quando chegar o termo final do contrato, quando o aprendiz completar 24 anos, com exceção para o portador de deficiência em que não há esse limite, pelo desempenho insuficiente ou inaptidão do aprendiz devendo ser apresentado um relatório pela entidade com relação a esse desempenho insuficiente ou inaptidão, ausência injustificada a escola mais desde que implique na perda do ano letivo, também terá que haver uma declaração da instituição de ensino, falta disciplinar grave que são aquelas hipóteses de justa causa, elencadas na CLT e a pedido do próprio aprendiz. A atuação do MPT diz respeito da regularização do trabalho dos adolescentes estando aí compreendida também a aprendizagem, e, em relação às empresas O MPT instaura procedimentos investigatórios para verificação do cumprimento da cota de aprendizagem, recebe denúncias vindas do ministério do trabalho, do judiciário trabalhista, do ministério público e da população em geral, e, a partir do recebimento dessas denúncias abre procedimentos investigatórios, chamando as empresas e caso ela não comprove a regularização aos termos da legislação, esse procedimento dará ensejo a um termo de ajustamento de conduta que poderá inclusive ter âmbito nacional ou então ao ajuizamento de uma ação civil publica. Atua também com relação às entidades sem fins lucrativos, pra verificar a adequação dessa entidade aos termos da lei se ela tem registro e como ela vem atuando. Por fim, diz que já se tem procedimentos no ministério publico acompanhando as ações municipais de combate ao trabalho infantil e tem-se intensificado as ações desenvolvidas para a implantação de políticas publicas voltadas a profissionalização, principalmente naquelas localidades não atendidas pelo sistema S, e que não tem entidades sem fins lucrativos que possam ministrar a aprendizagem, nesses casos o que se faz é propor ao município que ele faça um convenio ou com o sistema S mais próximo ou com a entidade sem fins lucrativos mais próximo, ou que já ministra cursos de aprendizagem pra que traga esse curso para o seu município e cumpra assim o comando constitucional que determina que o município também deve como poder publico assegurar com prioridade absoluta o direito a profissionalização do adolescente. E, conclui dizendo que o trabalho é majoritariamente preventivo e por meio de recebimento de denúncias, deixando endereço e telefone para tal. A Sr<sup>a</sup>. Joaquina Ferreira discorre sobre instrumentos de aperfeiçoamento da aprendizagem por meio da portaria 615. Fala da criação de um cadastro que primeiro deve ser feito da própria instituição, em seguida, o cadastro de cada curso que será ministrado e então a secretaria das políticas publicas de emprego faz a validação desses cursos, e, depois de validados passam a estar disponíveis no cadastro do ministério do trabalho que fica na pagina do ministério na internet, o prazo de

vigências dos cursos a principio será de dois anos e logo em seguida eles podem fazer nova validação, caso não houver nenhuma modificação do curso, ele é validado automaticamente. As instituições devem verificar as diretrizes na portaria 615. A portaria estabelece as diretrizes gerais e as curriculares e traz também vários itens de formação humana e científica. A aprendizagem é uma introdução do jovem no mundo do trabalho, então trata de elevação do nível de escolaridade, de inclusão digital, de vários itens que tratam não somente da parte específica que o aprendiz fará de acordo com a ocupação na empresa, porque o que se acredita é que ele tem que estar preparado, pra depois daquele primeiro contrato de trabalho, já que o aprendiz não vai necessariamente ficar numa empresa com a mesma ocupação que ele estava antes, então a idéia é que essa aprendizagem sirva pra que o aprendiz tenha uma postura de inicio de trabalho, saiba algumas questões que são inerentes ao mundo do trabalho. Depois fala da articulação entre teoria e prática que é o principal item da aprendizagem, além disso, fala também da carga horária que será de 40% da parte teórica mínima. Depois mostrou em slides as telas de acesso ao site do cadastro das instituições e tudo aquilo que o site oferece e o procedimento do cadastro. Com esse cadastro tem-se acesso a um resumo dos cursos e neste resumo consta qual é o CNPJ da instituição, a área do curso, o contato e o objetivo do curso com a carga horária e a duração. Sr. Jorge Abrão de Castro discorre sobre o perfil do adolescente no mundo do trabalho e mercado de trabalho para o adolescente. Dispõe que foi elaborado um estudo pela diretoria de estudos sociais do IPEA e o primeiro capítulo do fruto deste estudo dispõe sobre juventude, o que seria essa juventude, tendo-se juventude como um momento específico demandante de direitos que precisa de um olhar específico, tanto é que acertadamente o governo federal estabeleceu e criou políticas voltadas para a juventude, tendo-se ampliado o conceito de juventude. Outro ponto importante o qual discorre diz respeito à formação profissional e o dilema que isto enseja diante do crescimento econômico do país. Fala dos indicadores, em 2006, 27% da população era de jovens, de 15 a 29 anos. Dentre os que estão na faixa etária de 15 a 17 anos, 48% estão no ensino médio, 34% ainda não concluiu o ensino fundamental e 18% estão fora da escola e dentre estes alguns trabalham e outros encontram-se perdidos. Fala do problema do subdesenvolvimento que ainda há uma produção de analfabetos jovens, apesar de o Brasil ter avançado na educação básica, o país ainda produz analfabetos. Ainda diz que o Brasil deu um grande salto em termos de ampliação de acesso ao ensino fundamental, ao médio, dispõe sobre os indicadores do analfabetismo: na faixa-etária de 15 a 17 anos, 1,06% são analfabetos funcionais, 2,08% num grupo de 18 a 24, e 4,07% num grupo de 25 a 29, mesmo que grande parte do analfabetismo brasileiro se localizando na população mais adulta, ou idosa. Dessa forma, significa que se têm alguns problemas na escola, sendo necessário que esta questão seja trabalhada. Ainda há que se falar também do número que está relacionado com o abandono na escola, e aí se tem dois movimentos: os homens abandonam porque vão trabalhar e as mulheres por conta da gravidez, que correspondem a 42% e 21%, esse são números dão um perfil a respeito dos jovens e da educação. Outra questão é que o ensino superior não é uma realidade pro Brasil ainda. Considera que o jovem de até 17 anos não deveria estar no mercado de trabalho, mas sim estudando. Nos últimos tempo o mercado de trabalho não tem significado como possibilidade de ascensão social. Frisa a importância de políticas públicas para inserção dos jovens no mercado de trabalho. Sobre os números com relação ao mercado de trabalho: de 10 a 14 anos, 10% estão ocupados em algum tipo de trabalho; de 15 a 17 anos, 39%; dos que tem de 18 a 24 anos, 50% trabalham sem carteira assinada, o que significa precarização do mercado de trabalho para o jovem; de 25 a 29 anos, 30% trabalham sem carteira assinada. O numero que chamou bastante atenção no nosso trabalho, saiu até nos jornais e tudo, que 46% dos desempregados brasileiros são jovens isso porque é muito mais confortável se demitir um jovem que está começando do que um adulto e também pelos custos desta demissão, por isso o jovem tem uma rotatividade maior no mercado. Então desemprego é um problema, para o jovem é preciso ser pensado como um problema no mercado de trabalho, parcela do desemprego do jovem tem a ver com a sua experimentação, com a sua falta de qualificação e pela baixa aceitação daquilo que ele pretende fazer. Qualifica ainda o diferencial entre urbanos, rurais e raça. A frequência em ensino superior pelos brancos é três vezes maior do que pelos negros, frequência entre o ensino médio, o analfabetismo entre negros é vezes quatro superior, do que o analfabetismo entre brancos, o mesmo acontece na situação do jovem rural, que permanentemente está em pior situação, até porque as políticas públicas pra achar o jovem rural são muito inadequadas, eles ainda estão numa situação

bastante pior do que o jovem que vive em meio urbano, 30% dos jovens pobres vivem em áreas rurais, não é trivial é bastante elevado, 9% dos jovens que vivem no campo são analfabetos, contra 2% nas áreas urbanas, ou seja, temos diferenças de gêneros também, que são importantes, a proporção de jovens mulheres que não trabalham e não estudam é crescente, 12% no grupo de 15 a 17, 32% no grupo de 25 a 29 anos, crescente na faixa-etária, são jovens que não trabalham e não estudam, ou seja, temos quase 33% na faixa de 25 a 29 das mulheres, não estão na escola, não estão no trabalho, e em geral estão fazendo trabalho domestico, 11% das adolescentes de 15 a 19 anos já tem filho, quando se olha abaixo de um salário mínimo isso sobe para 21%. São números que vão mostrando uma tragédia, e essa tragédia também é regional, piora pra algumas regiões, principalmente para o nordeste, aonde sobem todos esses indicadores que acabaram de ser mencionados. Por fim, conclui dizendo que esse painel ajuda a compor um quadro pra que se possa ter uma atuação mais concreta do Estado e as políticas publicas são fundamentais pra mudar esse perfil, sendo fundamental que as políticas públicas caminhem pra um processo de integração, e o jovem como portador de direitos merece uma atenção especial para que se possa mudar o quadro exposto. Sr. Geraldo Severino dos Santos discorre sobre educação profissional a distancia e sobre a política do MEC voltada para o ensino à distância. Dispõe que a educação a distancia tem ganhado importância cada vez mais significativa dentro das políticas publicas, devido à questão da sua flexibilidade, não sendo uma educação que se torna necessariamente permanente em determinado espaço, tendo a flexibilidade de fazer a uma ação momentânea com determinado curso e posteriormente aquela infra-estrutura que foi montada para atender um determinado curso pode estar atendendo outro curso. Então essa flexibilidade da educação a distancia vem compor um conjunto das políticas publicas, pra atender realmente as necessidades regionais, com isso tem-se a possibilidade de ampliar a oferta, interiorizá-la e automaticamente contribuir pra capacitação dos professores e também possibilitar o acesso gratuito para aquelas camadas da sociedade que não teriam oportunidade de cursar o nível superior. Fala das políticas de ensino superior básicas, e tais políticas não servem só para formar, mas também desenvolver para educação presencial novas metodologias e uso de novas tecnologias. Dentro do plano geral tem-se o plano de desenvolvimento da educação que vai somar esforços do governo federal, estados e municípios, que vão ser ações que abrangem desde a educação infantil, até a pós-graduação. Para a educação de distancia a meta geral é a interiorização da oferta do ensino publico gratuito e claro de qualidade, então a busca sempre, com a preocupação significativa, tanto do ministério tanto das instituições publicas que estão trabalhando dentro dos programas para manter sempre a qualidade. A imediação pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem com utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação encontra uma dependência significativa da questão da qualidade da comunicação dos meios de informática da internet, então se depende significativamente da questão dos meios de tecnologias da informação e comunicação. Outra característica dentro desse programa é questão da inclusão digital, todos os cursos ele tem as características de usar muito de laboratórios de informática, tem levado para as escolas, que são pólos pra educação a distancia, laboratórios e capacitação também para os profissionais que atuam nessas escolas, trazendo assim também um processo de inclusão digital. Quando se começou a trabalhar com educação a distancia foi verificado que a qualidade da educação se mantém porque se busca sempre complementar a ausência de uma relação entre professor e aluno com outras estratégias de comunicação que vão promover essa questão da comunicação entre os dois. E a questão também é um pouco mais ampla, porque o sistema da EAD, ele não passa somente pela relação professor aluno, mais ele tem uma preocupação significativa com o material didático, é um material didático especificamente para aquele publico e sua linguagem totalmente diferenciada buscando realmente desenvolver o aluno em outra capacidade de estudo. Com mediação tecnológica o acesso vai cada vez mais sendo ampliado, à medida que o aluno vai desenvolvendo curso cada vez mais ele tem o uso da informática e outros meios, ele tem cada vez mais acesso ao professor, tem um apoio significativo das equipes multidisciplinares, que desenvolvem tanto os ambientes de comunicação, como também materiais didáticos e outras atividades que são necessárias. A gestão dos cursos, então tem uma preocupação significativa do ministério na formação de gestores para a educação a distancia que se torna muito importante num processo como um todo e há também preocupação significativa também com a infra-estrutura dos pólos que tem que ter uma característica especifica para atender determinado curso, então as instituições tem um conjunto de

laboratórios. Dispõe que a estrutura atualmente é CAPS e dentro da CAPS há uma diretoria de EAD e há varias coordenações pra poder gerir todo esse processo. Em números, num primeiro edital tem-se implementados 291 pólos com 40 mil vagas, tanto para a formação de professores como também cursos de pós-graduação, num segundo edital tem-se mais 271 pólos selecionados e novas 40 mil vagas, então se tem 40 mil vagas criadas em três anos. Fala sobre a estrutura geral dos editais em seguida demonstra por meio de slides o mapa do Brasil com a distribuição dos pólos. Fala ainda que haja concentração de pólos em algumas regiões. Em seguida, fala sobre o planejamento estratégico da OAB, que tem como meta atender 800 mil pólos até 2011, atendendo as micro regiões, em cada umas das 522 micro regiões a idéia que se tenha um pólo para a formação de professores, com priorização para curso formação de professores, e, a partir do segundo edital os cursos na área de administração publica. O mesmo processo se dá para escolas técnicas, e nestas os alunos recebem materiais didáticos completos e gratuitos, tem encontros presenciais nos pólos no mesmo modo que o nível superior e as aulas práticas têm a mesma carga horária das aulas presenciais. Na escola presencial, serão realizadas as aulas presenciais em laboratórios técnicos no pólo, a meta é que se tenham todas as instituições lotadas com laboratórios moveis, e esses laboratórios móveis vão até o pólo em qual o aluno vai fazer a sua atividade pratica em laboratório, o aluno que está na escola devido à flexibilidade poderá fazer o ensino médio normal regular, e também participar de um curso de profissionalização. A meta do ministério é fortalecer o ensino médio e fazer com que esse aluno que esteja cursando o ensino médio passe por uma profissionalização e permaneça na escola, a idéia é de ele fazer um curso concomitante com o ensino médio. Agora a ação do programa está num processo de apoiar os estados a desenvolver internamente um programa de educação a distancia de ampliação de oferta de ensino profissionalizante, e que dentro disso o ETC esteja como uma forma de oferta. Dentre os cursos que mais aparecem estão os da área de saúde, informática e agropecuária, então há uma gama significativas de cursos. Então, do mesmo modo os resultados finais do ETC, são 93 escolas foram publicadas no mês de julho com 147 cursos. As ações que estão se desenvolvendo hoje são a capacitação de professores, a gestão de material didático e os financiamentos. A meta do ETC é desse ano ofertar 40 mil vagas nos 193 pólos e em 2011 ter mais 1000 pólos com 200.000 a cada ano. Por fim, frisa que tal meta é bem um pouco abaixo da necessidade do Brasil. Sr. Leonardo Lazarte fazem da educação a distancia uma solução apropriada a muitas circunstâncias, como é o caso da flexibilização. Dispõe sobre a realidade atual do ensino à distância, hoje se tem acesso a tecnologias de informação e comunicação que permitem uma flexibilidade no contato não só com o aluno e o professor, mas também entre os próprios alunos. Hoje há uma possibilidade de criação do conceito de turma mesmo entre pessoas que estão distantes, essa é uma realidade proporcional e essencial principalmente pelo o uso da internet, o que é de suma importância para afastar o abandono, haja vista eles interagirem entre si. Nos cursos a distancia mediados pela tecnologia e internet, os alunos podem começar a interagir entre si, até antes de o professor colocar qualquer material. Durante o andamento do curso, esse é um elemento fundamental pra que se mantenha o nível de desistência de forma muito diferente do ensino chamado a distancia tradicional. É fundamental que se preste certa atenção aos ambientes de aprendizagem que são os softwares utilizados para interação entre os alunos entre si, em dois alunos com os professores com os tutores, monitores, e com o material que é produzido. Com os recursos que se tem atualmente o acompanhamento do trabalho do aluno é melhor que o que se tem num trabalho presencial habitual. Dessa forma, a educação a distancia nesse momento tem todas essas vantagens da educação a distancia tradicional: flexibilidade em todos os sentidos e interação entre alunos. No caso do ensino profissionalizante essa interação horizontal, enriquece de uma forma muito mais significativa porque se tem a possibilidade da troca de experiências, troca de experiência de se levantar problemas, e, ter respostas de quem já passou por esses problemas, sem a necessidade muitas vezes do professor intervir nesse processo traz um contexto a essa troca de experiência. Nesse novo contexto tem outro elemento que é importante se prestar atenção, que ainda é uma questão relativamente polêmica, que é que não se precisa desenvolver em grades mídias, na hora de programar cursos a distancia utilizando essa tecnologia, o foco tem que ser o objetivo que o curso tem, ver a experiência completa daqueles que estão participando, como é que essa experiência pode ser incorporada no desenho do curso, e os materiais

interativos são simplesmente elementos auxiliares. Deve-se levar em conta que quem vai participar do curso provavelmente está em regiões que não tem esse acesso a recursos mais elaborados, então a tecnologia deve ser usada com moderação. Por fim, destaca que o ponto que a tecnologia atual mais contribuiu é interação. Sr<sup>a</sup>. Regiane pergunta se o Ministério do Trabalho faz algum tipo de fiscalização sobre a veracidade das informações que as instituições que fazem cadastro prestam. A resposta foi positiva, há sim um monitoramento por parte das superintendências regionais do trabalho e emprego. Sr<sup>a</sup>. Mirian pergunta como se dá a avaliação do aluno, foi respondido que ainda não há consenso absoluto sobre tal questão, mas que há a muitas formas de acompanhamento de atividades que aconteça remotamente via rede. Sr<sup>a</sup>. Regina Mendes questiona sobre a possibilidade de mobilização para o acesso da internet. O Ministério Público do Trabalho expõe que o contrato de aprendizagem é híbrido e por isso conjuga exatamente uma parte do trabalho, que é a parte prática, e também a aprendizagem, a formação profissional. Ainda dispõe que o decreto 5598 estabelece os requisitos de validade desse contrato. Em relação às propostas de decreto, o Grupo um, diz ter preocupação com relação ao artigo um e ainda diz que o referido artigo poderia estar tratando da aprendizagem a distancia, mas pela exceção, para aqueles lugares onde não teria como ministrar a aprendizagem na modalidade presencial. E a outra preocupação foi com relação à regulamentação do decreto já que houve alguns empecilhos que fizeram com que não houvesse tempo para análise de todas as questões. O Grupo dois, diz que a preocupação do grupo reside em relação aos jovens aprendizes que se encontram na situação de risco social e vulnerabilidade social, do acesso a infra-estrutura, tanto física, como tecnológica. Então diante disso sugeriram que fossem acrescentados à minuta do decreto dois novos artigos. No primeiro deles, o poder público através da União, estados e municípios deverá incentivar a realização da aprendizagem à distância, de forma direta através da liberação de recursos financeiros para a infra-estrutura, ou de forma indireta através de convênios com as entidades que realizam a aprendizagem a distancia, ou incentivo fiscal as empresas que criarem infra-estrutura tecnológica. No segundo artigo, que seja acrescentado na minuta do decreto, as entidades que se habilitarem a realizar a aprendizagem a distancia deverão proporcionar a infra-estrutura física e tecnológica para os jovens aprendizes, inclusive aos jovens com deficiência. O Grupo três menciona que no preâmbulo não foi citada a lei 10.097 nem o decreto 5.598 e deveriam ser citados. Ainda dispõem que no artigo primeiro, no parágrafo primeiro, quando trata das atividades teóricas relacionadas a prática de aprendizagem, há uma contradição entre o parágrafo primeiro e seus incisos, e o parágrafo segundo, então isso teria que ser melhor redigido, faltando ainda uma definição de carga horária dos encontros presenciais, no parágrafo primeiro inciso terceiro, cultura, esporte, lazer que necessariamente são trabalhados com os adolescentes está incluindo, isso tem que ser necessariamente presencial, o artigo décimo segundo e os procedimentos de avaliação pedagógica, e que haja uma interlocução com o MEC, mais que ela não deve ser com a secretaria especial de educação continuada, alfabetização e diversidade. No artigo sexto, explicitar as referências de qualidade para a aprendizagem a distancia. No parágrafo único, artigo oitavo, registro no MTE, e nos conselhos municipais da criança e do adolescente dos programas do sistema S. No artigo nono todas as entidades que fazem aprendizagem e executam aprendizagem devem se registrar nos conselhos e também cadastrar o programa e registrar o programa no ministério do trabalho inclusive o sistema S. Ainda discorre que o decreto trouxe uma serie de equívocos, pois passou a regulamentar como se fosse algo já em curso, mas ainda vai se efetivar, diz ainda que, o mais importante é que essa aprendizagem a distancia foi pensada para facilitar que empresas cumpram a cota de aprendizagem em territórios onde não há entidade de formação profissional, então tem que ser esse o foco. Sugere que depois seja constituída uma comissão de especialista pra definir o restante porque como está, não atende a proposta inicial, o que gerou uma serie de equívocos. Por fim, diz que podem ser equacionadas uma série de questões a partir da proposta inicial que é fundamental, então o objetivo não é substituir a aprendizagem presencial. Tem-se um foco específico, qual seja, implementar a lei da aprendizagem. A Sr<sup>a</sup>. Ligia faz uma apresentação sobre o portal e diz que os objetivos do portal são informar, sensibilizar, qualificar e mobilizar. O portal é direcionado a diversos tipos de públicos e vai ajudar a continuar circulando e partilhando informações internamente a esclarecer a sociedade sobre o papel que o CONANDA e os conselhos têm no sistema de garantia de direito. O portal traz interatividade, customização e colaboração. A interatividade são as ferramentas de discussão o portal tem instrumentos para

avaliar noticiais mais lidas e mais enviadas, isso vai ajudar a avaliar o interesse do usuário, tem uma nuvem de assuntos que são as palavras chaves mais buscadas, quais são os temas que realmente interessam as pessoas. Quando se fala de customização trata-se de cada usuário criar o seu espaço, encontrar o seu espaço de interesse, então se pode, por exemplo, receber conteúdos específicos, tendo um serviço de RSS. E colaboração é uma outra ferramenta muito importante aonde vai se permitir que os conselhos de direito e os conselhos tutelares alimentem o site com informações sobre os eventos promovidos nos estados, nos municípios, informações que rendam notícias, pode ser uma notícia que já venha pronta, ou uma sugestão de pauta, uma publicação que eles queiram compartilhar, enfim, muitos espaços para as pessoas colaborarem e continuarem alimentando. A segunda etapa do projeto é encomendar conteúdos que de fato sejam mais interativos, mas nesse primeiro momento vai ser feito mesmo são textos com linguagem adequada para crianças e adolescentes, com o link para todos os serviços. No mais, discorre sobre a apresentação do site e patrocinadores. A Sr<sup>a</sup>. Glicia diz que nada impede que se tenha um espaço relacionado todos os patrocinadores, que apóiam o fundo e que contribuem pro fundo, e diz ainda que a chamada seria a importância de ser parceiro pela questão da responsabilidade social. Sr. Caporal deixa claro que não é patrocínio e sim destinação. Diz que se sente mais favorável a apoios pontuais, então tem tal ação apoiado por tal instituição ou pessoas e assim sucessivamente e tendo esse final dos apoiadores anuais que se possa ter. Ainda faz leitura sobre as disposições do CONANDA. A Sr<sup>a</sup>. Glicia frisa que a resolução do CONANDA vai apenas orientar e os municípios vão fazer de acordo com a sua realidade e a sua necessidade e como não se conhece todas as leis municipais, deveria ter-se um texto flexível com critérios mais flexíveis e observados a legislação municipal e o próprio estatuto. Houve uma votação para decidir sobre a proposta da Júlia qual seja: tirar a equipe técnica e deixas só equipe administrativa e depois modificar o texto ou sobre a proposta da Mirian que é de manter a redação assim como está. Ficou decidido que a função do conselheiro exige dedicação exclusiva. A Sr<sup>a</sup>. Júlia diz que essa situação dos conselheiros tutelares é complexa porque a maioria dos municípios não reconheceu os direitos sociais, férias, décimo terceiro, licença maternidade, e dentre outros, e diz que sugeriu que o parágrafo único tivesse a seguinte redação, a função de conselheiro tutelar será remunerada cabendo ao executivo municipal através recursos do orçamento publico, através dos recursos públicos do orçamento publico local, garantir aos conselheiros tutelares durante ao mandato todos os direitos sociais cabíveis aos demais servidores do município, aplicado subsidiariamente à lei municipal inclusive quanto ao desconto para fins previdenciários. Por fim propõe a manutenção da redação 75. Ainda levantou a questão de o tempo ser trabalhado de melhor forma. A Sr<sup>a</sup>. Aurilene faz proposta de chegar todo mundo dia 8 à noite, fazer comissões de manhã, um grupo se dividir pra fazer visitas, e outra fazer audiências à tarde, e o fórum se reúne a noite pra discutir a minuta. Sr. Caporal diz que se deve tentar garantir no dia final um pequeno anunciado. Sr<sup>a</sup>. Tiana diz que o objetivo da programação do encontro e que se tem cenário dos diferentes conselhos, saúde, assistência criança é adolescente. Sr<sup>a</sup>. Glicia explica que ainda deve o relatório da oficina de Belo Horizonte e que passou para todos dois fluxogramas que foram objeto de discussão das pessoas que participaram dessa oficina e o seu questionamento desde Maceió foi se isso já era um documento e que isso é um objeto de discussão nas oficinas que será encaminhado ao CONANDA pela ABMP. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembléia e determinado a lavratura da presente Ata que vai assinada pela Presidente.

MARIA LUIZA MOURA OLIVEIRA  
Presidente - CONANDA